



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

SESSÃO ORDINÁRIA DE

21 DE JUNHO DE 2017

ACTA Nº 03/2017



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MACEDO DE CAVALEIROS

ATA N.º 3/2017

----- **SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, DE VINTE E UM DE JUNHO DE DOIS MIL E DEZASSETE, REALIZADA NO AUDITÓRIO DO CENTRO CULTURAL DE MACEDO DE CAVALEIROS.** -----

----- **PRESIDENTE – ANTÓNIO DOS SANTOS PIRES AFONSO** -----

----- **PRIMEIRO SECRETÁRIO – JOSÉ ANTÓNIO DA SILVA MADALENA** -----

----- **SEGUNDO SECRETÁRIO – MARIA HELENA LOPES GONÇALVES** -----

----- Antes de dar início aos trabalhos o Sr. Presidente da Assembleia Municipal informou os presentes que a Mesa da Assembleia e os líderes parlamentares de todos os partidos com assento nesta Assembleia Municipal reuniram há momentos. Após consenso estabelecido e tendo em conta o que se está a passar no País, à semelhança do que foi feito hoje mesmo na Assembleia da República ao que também o Governo se associou, foi acordado propor que se guarde um minuto de silêncio pelas vítimas do incêndio, ocorrido no passado fim-de-semana em Pedrogão Grande, o que foi aceite por unanimidade dos deputados municipais presentes.---

----- Eram vinte e uma horas, quando o excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, após verificar a existência de quórum, declarou aberta a reunião, dando de imediato conhecimento dos pedidos de substituição dos Deputados Municipais: Joana Tiago Sarmiento, Benjamim do Nascimento Pereira Rodrigues, Susana Alexandra Esteves Viana, Maria José Alves de Lima, Helena Isabel Pires Seabra que foram substituídos, respetivamente, pelos senhores: João Manuel Gradíssimo Rocha, Maria Inácia Ferreirinha, Fernando Humberto Gomes, Carla Margarida da Costa Palhau e Alice Maria Dias Pires.-----

----- A Deputada Municipal, Clementina Augusta Marçal Gemelgo pediu a renúncia ao mandato, tendo sido substituída pelo membro eleito a seguir na lista do PSD, Jorge Elias Venceslau Artilheiro.-----

----- No seguimento deste pedido e tendo em conta que a Deputada Municipal que ora pediu a renúncia ao seu mandato, havia sido eleita segunda secretária da Assembleia Municipal, torna-se necessário proceder à sua substituição.-----

----- A bancada do PSD apresentou a seguinte proposta: “ Em face da renúncia de que tivemos conhecimento, propomos para 2.ª Secretária da Mesa a Senhora Deputada Maria Helena Lopes Gonçalves”. Designada por Lista B.-----

----- A bancada do PS apresentou a seguinte proposta: “ A bancada do Partido Socialista propõe Celina Martins para 2.ª Secretária da Assembleia Municipal”. Designada por Lista A.-----

----- Procedeu-se de imediato à votação por escrutínio secreto. Votaram 56 membros tendo-se registado a seguinte votação: Lista A 13 (treze) votos, Lista B 36 (trinta e seis) votos e em Branco 7 (sete) votos. Foi eleita 2.ª Secretária da Assembleia Municipal a Deputada Municipal, Maria Helena Lopes Gonçalves.-----

----- Face à impossibilidade de estar presente na sessão desta Assembleia Municipal, pediu substituição o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale Benfeito, que se fez substituir pelo Secretário da Junta, Luís Manuel Costa Rodrigues.-----

----- Verificada a lista de presenças, dela constavam cinquenta e seis Deputados Municipais: António dos Santos Pires Afonso, Celina da Conceição de Sá Martins, José António da Silva Madalena, Luís Manuel de Oliveira Miranda Pereira, Maria Adelaide Alves Gonçalves Baptista, Luís Manuel Dias Gonçalves, Luís Adelino Batista, Maria Helena Lopes Gonçalves, João Manuel Alves Borges, António Nuno Baptista Mendes de Moraes, Manuel António Machado Carvalho, Alberto Manel Pinela Salgado, Isabel Maria Vaz Mesquita da Costa, Maria Inácia Rosa, Pedro Fernando Reis Mascarenhas, Carlos Manuel Rodrigues Carneiro, Francisco José Correia, Maria Inês Falcão, Halesitino Ernesto Gomes Pimentel, Joana Isabel Pires da Costa Monteiro, Manuel Alberto Rodrigues, Carlos Alberto Camelo, Ana Rita Simão Rodrigues, Jacinta Lúcia Catarino Lopes, João Manuel Gradíssimo Rocha, Carla Margarida da Costa Palhau, Jorge Elias Venceslau Artilheiro e Alice Maria Dias Pires, Humberto José Trovisco, Luís Carlos Teixeira Rodrigues, Armando Luís Fernandes Carrazedo, José António Génio, José Manuel Fernandes, Eduardo João Martins Pereira, Manuel André Pires Moraes, Simão Augusto Ventura Ferreirinha, Alfredo José Pinto, Isilda da Conceição Honrado, Leonardo do Nascimento Moraes Vila Franca, Armindo Caseiro Cepeda, Edgar Manuel Rodrigues Cardoso, Maria Adelaide Paulos Rocha, José Libório Ramalho, Marco Aurélio Pinto Ferreira, Gilberto Amadeu Pires, Inácio de Jesus Roma, Luís Manuel Costa Rodrigues, Helena Isabel Basaloco Sapage, Rui Manuel Cosme Santos, Maria Delfina Guiomar Sarmento, Manuel António Pinto dos Santos, António Miguel Vinhas Romão, Carlos Alberto Brás Cabanas Justo, David da Silva Martins, João Manuel Rodrigues Alves e Jorge Orlando Pires Asseiro.-----

----- Verificou-se a falta de 5 Deputados Municipais, Manuel Alberto Moraes Brás, Maria Inácia Ferreirinha, Fernando Humberto Gomes, Mário Filipe Borges Teles e Manuel António de Sá Mico.-----

----- **O senhor Presidente da Assembleia Municipal** deu conhecimento de toda a correspondência recebida até esta data na Assembleia Municipal, colocando-a à disposição de quem a pretendesse consultar. -----

-----De seguida, indagou os presentes, no sentido de alguém querer intervir relativamente, à ata da sessão ordinária do dia vinte e oito de abril de dois mil e dezassete.-----

----- **Pretendeu usar da palavra:**-----

----- **JOANA ISABEL PIRES DA COSTA MONTEIRO (CDU)** – Disse o seguinte: “Primeiro apontamento: A ata da reunião de 28 de Abril de 2017 contém uma afirmação do Sr. Presidente da Câmara Municipal relativamente ao facto de a CDU ter questionado o mesmo, no ponto dois ponto dois da Ordem do Dia, “Informação Escrita do Sr. Presidente” sobre assuntos que não se encontravam vertidos no documento distribuído aos membros desta Assembleia. Antes de mais cabe aqui dizer que é da responsabilidade do Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal a condução dos trabalhos, não podendo nem devendo o Sr. Presidente da Câmara Municipal interferir nos mesmos. Acontece que decorre da lei 75/2013



de 12 de Setembro a obrigatoriedade de apresentação por parte do Sr. Presidente da Câmara Municipal de uma informação escrita acerca do Estado e Vida do Município, informação essa que pode e deve ser apreciada tendo em conta o seu conteúdo explícito mas também as omissões sobre a atividade municipal, alargando o âmbito da discussão e aproximando os assuntos à real atividade municipal, cabendo ao Sr. Presidente prestar os esclarecimentos necessários e que considere adequados, no quadro dos direitos de fiscalização da atividade municipal que cabe ao órgão deliberativo e os seus membros. Caso assim não fosse poderíamos cair na situação extrema de aos membros desta Assembleia caber apenas e só discutir o Estado e Vida do Município nos limites impostos pela informação Escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal. Estamos em crer que esta nossa posição não fere de maneira alguma a letra da lei, antes reforça e aprofunda o carácter e espírito democrático do funcionamento dos órgãos do Poder Local. Segundo apontamento: No sentido de quem consulta as atas melhor compreender o sentido de voto das deliberações tomadas nesta Assembleia, justifica que as atas identifiquem os membros ou as forças políticas representadas e qual o seu voto nas diferentes matérias.”-----

----- Seguidamente foi posta à votação, tendo sido aprovada por maioria, com cinquenta votos a favor e seis abstenções, de Deputados Municipais que não estiveram presentes na reunião a que esta ata se refere. -----

----- **PONTO UM - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- (Artigo 52.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de doze de setembro) -----

----- **Abertas as inscrições, usaram da palavra:**-----

----- **ISABEL MARIA VAZ MESQUITA DA COSTA (PS)** – Fez a seguinte intervenção: “ Quero partilhar convosco um episódio que me aconteceu há sensivelmente 15 dias. Encontrei uma amiga, nossa conterrânea que já não vinha a Macedo há vários anos. Viajou para esta cidade de autocarro e comentou comigo que estava muito surpreendida com as novas infraestruturas da nossa terra. À sua chegada disse-me ela: “ Senti uma marca de progresso e fiquei muito regozijada com a nova Central de Camionagem. Ideia progressista que teve o nosso autarca, recuperou a antiga estação de comboios e reabilitou toda a zona envolvente. Um espaço decrépito e abandonado. Subitamente acordei, era simplesmente um sonho! Com a realidade se vive, com o ideal se existe e talvez um dia chegue a Ecopista. Em suma, e citando Vítor Hugo: “ - O futuro tem muitos nomes, para os fracos é o inalcançável, para os temerosos o desconhecido, para os valentes é a oportunidade, a oportunidade de construir para a obra perpetuar”. ”-----

----- **JOANA ISABEL PIRES DA COSTA MONTEIRO (CDU)** – Que fez a seguinte intervenção: “*Criação Equipa Intervenção Permanente*-----

----- Aquando de uma reunião entre a Comissão Concelhia do PCP e o Sr. Presidente dos Bombeiros Voluntários de Macedo de Cavaleiros, foi-nos dada a informação que estava em andamento a constituição de uma EIP (Equipa de Intervenção Permanente). Em Bragança e em Izeda foram constituídas duas EIP resultado da participação da Proteção Civil e da Autarquia. O PCP tomou conhecimento que em Macedo de Cavaleiros a EIP não foi criada por

falta de comparticipação da Câmara Municipal de Macedo. Ora, tendo em conta que a EIP levaria a uma melhor prestação de socorro às populações evitando situações como a que se verificou à relativamente pouco tempo, em que um aluno abriu a cabeça e com os Bombeiros a 5 minutos do local demoraram 25 minutos a prestar socorro, solicitamos ao Sr. Presidente da CM os seguintes esclarecimentos: 1- Confirma o Sr. Presidente esta informação? 2- Que razões fundamentam a não criação da EIP em Macedo de Cavaleiros?-----

----- *Plano Integrado melhoria das condições das vias públicas e sinalização*-----

-----Tem sido recorrente e sistemático aqui na Assembleia Municipal serem levantados problemas e denunciadas situações relacionadas com a sinalização e condições das vias públicas do nosso concelho. Podemos naturalmente ir tomando conhecimento das diferentes denúncias dos macedenses e trazer à Assembleia ou questionar o Sr. Presidente sobre a resolução das mesmas, contudo consideramos que seria mais útil fazer um levantamento exaustivo de todas as situações suscetíveis de serem resolvidas, dado na maior parte das vezes se tratar de pequenas operações, envolvendo os Presidentes de Junta de Freguesia, recorrendo a um portal para denúncia específica por parte dos Macedenses, recenseando todas as situações e elaborando um plano integrado à resolução do conjunto das situações, com um calendário definido e discriminação de custos. Admite o Sr. Presidente da Câmara Municipal avaliar esta proposta da CDU?-----

----- **LUÍS MANUEL DIAS GONÇALVES (PSD)** – Começou por mandar uma palavra de agradecimento à ex-deputada Municipal, Clementina Gemelgo, por toda a sua disponibilidade durante todo o tempo que esteve ao serviço da causa pública e no desempenho das suas funções no âmbito desta Assembleia Municipal. Ao mesmo tempo deseja votos de felicidades à Deputada Municipal, Helena Gonçalves no desempenho das funções para as quais acabou de ser eleita, 2.ª Secretária desta Assembleia Municipal.-----

----- Continuou felicitando a Câmara Municipal pela realização de mais um grande evento desta vez a Feira da Agricultura, este é de facto um setor que tem alavancado o concelho desde sempre sendo provavelmente este setor o que mais riqueza tem criado no concelho. De salientar também que esta iniciativa foi dinamizada também envolvendo desde logo os próprios intervenientes, registando uma grande participação de todos os profissionais do setor, uma grande adesão do público em geral e a participação de todas as Freguesias, tendo tido também momentos lúdicos e de diversão. É, pois, com iniciativas destas que se pode promover mais além um setor que na nossa região e país será sempre fundamental. De referir também todas as iniciativas de debate e conferência com intervenções científicas de alto valor.-----

----- Lembrou que esta Feira não é um caso isolado pois vem no seguimento de todas as outras iniciativas de grande sucesso que têm sido organizadas por este Município, nomeadamente a Feira da Caça e a Feira de S. Pedro, e também o Carnaval entre outras iniciativas que tem procurado promover o concelho e criar atratividade neste território de que tanto gostam e acarinhos.-----

----- **CARLOS ALBERTO CAMELO (PS)** – Aproveitou a intervenção que o antecedeu para relativamente à Realização da Feira da Agricultura questionar a Autarquia sobre o seguinte: “



Tive conhecimento que durante esta Feira houve efetivamente um conjunto de atividades e houve também a representação por parte do espaço (nas duas naves) por parte de atividades comerciais e de serviços nesse evento. Gostaria de saber e questionar a autarquia dado que é a organizadora do evento, qual foi o critério usado para a seleção das empresas presentes no mesmo, dado que esta é uma atividade que faz parte daquilo que é o nosso Município pensando que devem estar todos presentes e não haver discriminação.” Parece-lhe que sendo um evento como outros deve ser dada a oportunidade a todos de poderem participar da mesma forma.-----

----- Ainda quanto à intervenção anterior, disse que o Sr. Deputado referiu que a Câmara Municipal organiza também a Feira de S. Pedro. Neste aspeto discorda com o Sr. Deputado Luís Gonçalves pois a Câmara até à data nunca organizou uma Feira se S. Pedro pois só é feita alusão ao S. Pedro e o que vigora são as Festas de S. Pedro. Já em anos anteriores pretendeu deixar a esta Assembleia Municipal, esta mensagem mas ao que parece não terá sido interpretado da melhor forma foi que de alguma maneira salvaguardassem a marca da Feira de S. Pedro, pois é esta que os diferencia dos outros concelhos em relação àquilo que era o S. Pedro e a toda esta envolvência e a tudo aquilo que no fundo o nosso Município foi dando a conhecer. Volta a realçar que na sua opinião, estrategicamente não está a ser utilizada a melhor estratégia. A marca Feira de S. Pedro estava implantada, as pessoas conheciam-na e sabiam de antemão que vinham a Macedo à Feira de S. Pedro e no seguimento e decorrer da semana tinham um Município que criava “Festa”.-----

----- Em relação ao Turismo e apesar de não saber se esta questão é da competência do Sr. Presidente pretendia deixar também algumas perguntas referentes a uma situação que se passa na Autoestrada A4, que pensa arrastar-se desde a sua inauguração e que tem a ver com o acesso da saída de Lamas em direção ao Azibo, encontram uma placa de velocidade a 80Km/h com uns mecos que na sua opinião estão completamente desorganizados e, logo a seguir aparece a placa de 100 Km/h e depois o acesso ao Azibo. À semelhança do que acontece ao longo do IC5 e do IP2, onde nas zonas destinadas para a construção de bombas de gasolina ou áreas de serviço e dado que elas ainda não foram construídas, foi colocada sinalização fixa onde não havia limitação de velocidade, apenas para demarcar o lugar. Pensa que já é altura, e tendo em conta que o Verão está a aproximar-se e durante a época balnear irão ter muitas pessoas a circular na A4 seria importante chamar à atenção do responsável, sendo o Sr. Presidente a pessoa mais indicada para o fazer. Terminou dizendo que há cerca de uma semana que o semáforo na entrada de Macedo para quem vem de Bragança deve estar avariado porque está sempre amarelo e as pessoas hesitam e param. Solicita ao Sr. Presidente da Câmara que mande verificar esta situação.-----

----- **JOÃO MANUEL GRADISSIMO ROCHA (PS)** – A sua primeira questão tem a ver com um desafio que a bancada do Partido Socialista lançou nesta Assembleia Municipal, na sua sessão anterior (abril) ao Sr. Presidente da Câmara, no que diz respeito a trazer a este plenário a lista dos maiores fornecedores da Câmara durante o seu mandato. Esperavam que o Sr. Presidente lhes trouxesse ou mandasse esses documentos para esta Assembleia Municipal, o

que não aconteceu, mas ficam à espera pois gostavam de ter conhecimento de quem são os fornecedores e quais os valores dos fornecimentos. Outra questão prende-se com um assunto que já foi aqui abordado e que tem a ver com o interface modal (paragem de autocarros, estação de camionagem). Disse que esteve presente na apresentação pública do projeto daquilo que foi designado na altura como interface modal, que tal como o próprio nome o diz é uma zona de cruzamento de vários tipos de meios de transporte, mas pelos vistos vão cingir-se apenas a autocarros, ou seja paragem de carreiras, mas o que lhes foi apresentado era um projeto ambicioso com algum grau de dignidade para a cidade e pasme-se que o edifício apresentado nada tem a ver com o que lhes foi apresentado no projeto. Perguntou ao Sr. Presidente da Câmara qual a razão para em tão pouco tempo ter mudado de opinião, de projeto e de futuro para esta terra. Para finalizar disse que iria abordar uma questão mais delicada, porque envolve nomes de pessoas. Mas, certamente não será novidade para ninguém a acusação que é feita a um funcionário municipal de que usa e abusa dos bens e serviços da Câmara Municipal em proveito próprio. Porque não gosta de ver ninguém ser enlameado com certas acusações gostaria que o Sr. Presidente averiguasse esta situação e, ou o ilibasse ou procedesse em conformidade de acordo com o que fosse apurado, pois não é de bom-tom trazer alguém nas ruas da amargura sobretudo não sendo verdade. Portanto espera que o Sr. Presidente averigue isto e faça publicamente o desmentido ou a confirmação do que se diz na praça pública.-----

----- **JOÃO MANUEL RODRIGUES ALVES (PS)** – Relativamente à Praia da Ribeira no Azibo disse ao Sr. Presidente da Câmara que numa ida à mesma ficou um pouco defraudado com o estado em que se encontra aquela relva, toda amarela, será que é pela falta de água, ou porque o responsável nessa área não está a ser capaz de desempenhar o cargo que lhe foi incumbido?-----

----- Disse ainda que o funcionário que no ano anterior tratava da relva no Azibo encontrase a trabalhar para a Junta de Freguesia de Podence e Santa Combinha. Assim, propôs que a Câmara Municipal transfira uma verba para a Junta de Freguesia, que esta por sua vez manda para lá o funcionário para tratar da relva.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, para que este pudesse responder às questões colocadas pelos Senhores Deputados.-----

----- **O Sr. Presidente da Câmara Municipal**, começou por referir que a **Deputada Municipal, Isabel Costa**, falou numa paragem de autocarros e num sonho mas tem para lhe dizer que só tem de ter um pouco de paciência para depois ver. **A Deputada Municipal, Joana Monteiro**, fez alusão aos Bombeiros e à EIP que não foi criada por falta de financiamento da Câmara Municipal, isto não é verdade. E passou a dizer que na altura em que se criaram as EIP no Distrito, Macedo tinha uma posição de que o EIP não era um bem essencial para o nosso concelho. No entanto acham agora, que devem ter essa EIP, porque já não há Bombeiros Voluntários, e fizeram o pedido tendo tido a garantia do Sr. Secretário de Estado da Tutela, Dr. Jorge Gomes, de que enquanto não houvesse uma EIP para cada um dos



concelhos, não existiriam duas num concelho, garantia esta que posteriormente foi alterada na sua concretização, tendo atribuído a segunda EIP a Izeda. Macedo fez o pedido ao CODIS e estão a aguardar a decisão. Quanto à sinalética informou que têm um plano de sinalética para Macedo de Cavaleiros, que ainda não está concretizado mas estão a concluí-lo e depois irão ter melhoramento em Macedo com essa mesma sinalética. Relativamente às outras situações que colocou disse que a Câmara tem umas aplicações para os telemóveis “Macedo Mexe” e através destas todos os munícipes podem dar-lhes conta de tudo aquilo que se está a passar no concelho e a Câmara por sua vez dará acolhimento e de imediato partirá para a resolução através das pessoas certas. **O Deputado Municipal, Luís Gonçalves**, falou na Feira da Agricultura, e ainda bem que o fez por que assim está a lembrar-lhes que têm que trabalhar cada vez mais para trazer gente a este concelho. **Ao Deputado Municipal, Carlos Camelo**, respondeu que as Juntas de Freguesia, as Associações e as Cooperativas que representam o setor estão todas convidadas, depois fazem o convite a todas as empresas do setor, não existindo empresas do setor suficientes para preencherem o espaço vão convidar, individualmente e pessoalmente outras empresas. Quanto à marca Feira de S. Pedro disse que tudo na vida evolui, até esta questão. E não são “Festas de S. Pedro” mas sim “S. Pedro 2017”. No que diz respeito à questão da A4 disse que naquela zona era para ser implantada uma área de serviço, e não o foi. No passado mês de dezembro teve uma reunião com a Empresa Infraestruturas de Portugal, sobre esta matéria e outras mas ainda não lhe disseram se vão ou não instalar ali a área de serviço. Desconhecia a situação do semáforo, e fica com a nota para resolver. **Ao Deputado Municipal, João Rocha**, que abordou a questão da lista dos maiores fornecedores da Câmara e quais os valores, **o Sr. Presidente da Câmara** respondeu que essa lista é pública e os que não estiverem lá constam da prestação de contas aqui aprovada no mês de abril. Sobre o interface intermodal responde-lhe o mesmo que à Deputada, Isabel Costa. Construímos Macedo e só têm de ter paciência para ver o que vai surgir no fim. **O Deputado Municipal, João Alves**, referiu-se ao estado calamitoso da relva na praia da ribeira e sobre isto informou que ocorreu uma avaria no sistema de rega e esteve quase oito dias sem ser regado, mas esta situação já está ultrapassada.-----

----- **Abertas novamente as inscrições, usaram da palavra:**-----

----- **CARLOS ALBERTO CAMELO (PS)** – Que agradeceu as respostas dadas pelo Sr. Presidente da Câmara às questões que lhe colocou, no entanto não ficou inteiramente elucidado relativamente a algumas questões. Continuou dizendo que desde logo quando o Sr. Presidente diz que os macedenses são todos iguais, sendo esta também uma marca do seu mandato, parece-lhe de mau tom quando não são colocados todos os macedenses no mesmo patamar, pois quando o Sr. Presidente faz convites a determinadas empresas, e não a todas, qualquer um que não seja convidado pode sentir-se ultrapassado. Esta não lhe parece a melhor forma de angariação de participantes para os eventos, e este sendo realmente um evento marcante, sobre o qual devia ser revista a questão da data de realização, dado que é muito próxima de um outro evento que é a Feira de S. Pedro e com este critério de alargar a outros setores de atividade se calhar pode entrar em conflito. Na sua opinião, depois das

Juntas de Freguesia e das Cooperativas ligadas ao setor, todo o setor empresarial e não só o da área agrícola devia ser convidado a participar. Relativamente à questão da A4, não sabe se o Sr. Presidente já reparou que tanto na zona do IP2 como no IC5, há locais onde vão ser construídas bombas de gasolina ou áreas de serviço e não estão lá plantados uma série de sinais que caem e ficam pelo meio da estrada e em termos de imagem deviam ter isso em consideração já que é um acesso para a praia do azibo. Outro assunto tem a ver com o facto de o Sr. Presidente recorrentemente lhes dizer que têm de ter paciência e esperar porque o futuro vem aí e sobre isto deixa a sua opinião que vai no sentido de que se calhar quando tiverem tudo vai faltar o mais importante no concelho que é pessoas permanentes que possam estar aqui todo o ano a contribuir com receitas para a Autarquia, com impostos e para poder fazer progredir o concelho.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, que disse ao **Deputado Municipal, Carlos Camelo**, que fez um belíssimo discurso. No que diz respeito à falta de pessoas provavelmente daqui a uns dias faltarão mais pois infelizmente algumas vão partindo. Disse também que o novo quadro comunitário era para iniciar em 2014 mas só agora está a dar os primeiros passos responsabilidade da inoperância dos sucessivos governos que não colocam as verbas disponíveis. Os projetos vão aparecer e vão dar dignidade a Macedo mas é preciso esperar mais um pouco e ter alguma paciência. Sobre a questão das empresas o Sr. Deputado não compreendeu bem o que lhe disse mas volta a informar que a Câmara arranja empresas do setor e quando essas faltam também convidam empresas que também trabalhem no setor para estar presente e dão prioridade àquelas que desde o primeiro dia acreditaram que era uma realidade.-----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

----- **PONTO DOIS PONTO UM – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS (ANAM) – APROVAÇÃO DA ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS, QUOTA E RECOMENDAÇÃO À CÂMARA PARA ADESÃO DO MUNICÍPIO**-----

----- **O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** informou que este ponto tem a ver com a Associação Nacional das Assembleias Municipais (ANAM) assunto do qual os respetivos documentos foram enviados a todos os Deputados Municipais. Já em junho de 2016 a Assembleia Municipal deliberou aderir a esta Associação e hoje o que se pretende é que a mesma delibere aprovar a alteração dos seus estatutos e recomendar à Câmara a Adesão do Município à mesma, pois era opinião de quem criou esta Associação que seriam das Assembleias Municipais mas após vários pareceres chegaram à conclusão que quem tem competência para fazer estas adesões é o Município e neste caso tem de ser a própria Câmara a deliberar a adesão. Uma vez que é intenção desta Assembleia Municipal e que ao abrigo do n.º 3 dos novos Estatutos da ANAM a Câmara tem de deliberar que seja o respetivo Presidente da Assembleia Municipal a representar o Município na associação. Terá, portanto, esta Assembleia de deliberar a alteração dos estatutos, a Quota e a recomendação à Câmara para



que numa próxima reunião possa deliberar a adesão do Município à ANAM.-----

----- **Abertas as inscrições, usou da palavra:**-----

----- **JOANA ISABEL PIRES DA COSTA MONTEIRO (CDU)** – Fez a seguinte intervenção:

“No entender da CDU não faz sentido a criação desta associação. Em Portugal existem duas associações representativas dos interesses das autarquias locais - a ANMP representativa dos interesses dos municípios e onde estes estão representados pelos eleitos dos órgãos municipais, CM e AM, e a ANAFRE representativa dos interesses das freguesias e igualmente representadas por eleitos dos órgãos das freguesias, JF e AF. Não faz sentido a criação de associações dos órgãos das autarquias, AM, CM, AF ou JF, constituídas pelos seus Presidentes, como de órgãos corporativos se tratassem.”-----

----- **O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** relativamente a esta intervenção referiu que a Deputada Municipal, no momento próprio votará como bem entender este ponto, mas não pode deixar passar a oportunidade de lhe dizer que a direção da associação teve reuniões com várias entidades, inclusivamente com todos os representantes dos Grupos Parlamentares, a Comissão especializada do poder local que está a discutir estas matérias e todos os partidos foram noutro sentido, não concordando com a Sr. Deputada mesmo aquele que representa nesta Assembleia Municipal, com quem ele próprio teve o prazer de estar na reunião. Lembra que a ANAFRE é para representar as Juntas de Freguesia a ANMP devia ser para representar todos os Municípios mas que pela sua prática tem sido mais um espaço em que os Presidentes das Câmaras tratam dos assuntos inerentes aos Executivos. Faltava, portanto, este espaço que está agora a ser preenchido, a que a maioria vai aderir porque vai dar uma maior afirmação a este Órgão e conseqüentemente contribuirá para o fortalecimento do Poder Local.-

----- **DELIBERAÇÃO: Apreciado o assunto a Assembleia Municipal, por maioria com 55 votos a favor e 1 voto contra da Deputada Municipal, Joana Monteiro, deliberou aprovar a alteração dos estatutos da ANAM, aprovar a quota e a recomendação à Câmara para que o Município adira à Associação Nacional das Assembleias Municipais.**-----

----- **PONTO DOIS PONTO DOIS – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL, ELABORADA NOS TERMOS DA ALÍNEA c), N.º 2 DO ARTIGO 25.º E N.º 4, DO ARTIGO 35.º, AMBOS DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO**-----

----- Pelo excelentíssimo senhor **Presidente da Câmara Municipal**, foi dada uma breve explicação acerca da informação escrita sobre a atividade da Câmara Municipal, que aqui se dá como integralmente transcrita, ficando a fazer parte integrante desta ata.-----

----- **Abertas as inscrições, usaram da palavra:**-----

----- **CARLOS ALBERTO CAMELO (PS)** – Disse que “obras” não é a sua praia. No entanto reparou que a Câmara deve ter uma quantidade excessiva de trabalhadores. Fez saber que há dois dias atrás presenciou a reparação de uma vala em frente aos CTT onde estavam 7 trabalhadores com coletes da Câmara Municipal, mais 1 encarregado, 1 operador da máquina retroescavadora, 1 trabalhador dentro de um camião e mais 1 com um cilindro. Pareceu-lhe gente a mais para a dimensão da vala que era para reparar e o motivo pelo qual diz que a

Câmara deve ter trabalhadores a mais.-----

----- **JOÃO MANUEL GRADISSIMO ROCHA (PS)** – Relativamente a este ponto referiu que o procedimento administrativo das obras públicas é composto por 3 fases. A primeira fase consiste em escolher quem vai fazer o trabalho, que pode ser por ajuste direto, convite ou concurso público e tudo isto depende dos valores envolvidos, da complexidade e portanto a Entidade Pública (Município) pode optar por uma destas modalidades. De seguida, após escolhida a entidade há uma segunda fase que se chama adjudicação que consiste na elaboração do contrato e firmar o valor pelo qual é feito. A terceira fase passa pela execução da obra e o seu acompanhamento. Quando olham para este documento que deve transparecer aquilo que se passa no Município a vários níveis, nomeadamente na questão das obras, e se forem acompanhar as várias versões ao longo de todas as sessões e compararem obras em concurso, obras adjudicadas, obras em execução e obras concluídas, são capazes de encontrar situações que não batem certo, pois há muitas obras que aparecem neste documento como concluídas que nunca passaram pela adjudicação, e muito menos pela fase de concurso. É sua opinião que há aqui um desfasamento ou então um lapso naquilo que lhes é descrito e apresentado na informação escrita.-----

----- Relativamente às obras concluídas constantes da presente informação escrita pensa que haverá um lapso na obra “Central de Camionagem – Construção de Edifício”, esta não lhe parece concluída, os arranjos exteriores fazem parte da obra e não estão concluídos. Ainda sobre esta obra perguntou ao Sr. Presidente se o valor da adjudicação da mesma se mantém, se houve benefício para o Município, ou se houve derrapagem no valor. Em obras adjudicadas e relativamente à pavimentação com massas betuminosas em várias freguesias do Município, Grijó, Lombo, Morais e Murçós relativamente a Grijó perguntou ao Sr. Presidente se é a rua da bouça onde raramente passa alguém mas que recentemente foi iluminada, mesmo não servindo nada nem ninguém, porque se a ideia era servir a aldeia a iluminação devia ter chegado ao fim do caminho até à estrada nacional.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, que disse ao **Deputado Municipal, Carlos Camelo**, que não concorda que há assim tanta gente e a prova disso é que têm funcionários a querer regressar, nomeadamente engenheiros. Parece-lhe também um pouco exagerado todo o cenário referido. Ao **Deputado Municipal, João Rocha**, respondeu que é possível gerar alguma confusão, mas estão a fazer tudo no sentido de melhorar o documento. Quanto à paragem dos autocarros a obra ainda não está concluída pois só ainda fizeram o edifício não tendo existido qualquer derrapagem nos valores, falta fazer a parte exterior (ajardinada) que é da responsabilidade da Câmara Municipal. A rua da Bouça em Grijó não sabe qual é.-----

----- **PONTO DOIS PONTO TRÊS – ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2017 – APROVAÇÃO NOS TERMOS DO N.º 4 DO ARTIGO 29.º DO ANEXO À LEI N.º 35/2014, DE 20 DE JUNHO, CONJUGADO COM O DISPOSTO NA ALÍNEA a), N.º 2 DO ARTIGO 3.º DO DECRETO-LEI N.º 209/2009, DE 3 DE SETEMBRO E ALÍNEA o), N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.** -----



----- **O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** colocou à consideração do plenário a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de doze de junho de dois mil e dezassete que se transcreve: **"ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2017 / PROPOSTA**-----

----- Sobre o assunto, presente a proposta do Sr. Presidente da Câmara, que se transcreve: "*Pese embora o planeamento feito aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano para o corrente ano, a dinâmica que se pretende ter na gestão dos recursos humanos, à semelhança do que já aconteceu no ano passado, nem sempre se compadece com o ciclo anual, surgindo situações que se impõem resolver. Assim, a presente proposta pretende dar resposta a duas situações, a saber: 1- Uma relacionada com o requerimento da trabalhadora Eng.ª Cristina Maria Pires Ferreira datado de 2 de março do corrente ano a solicitar o seu regresso ao serviço após ter estado ausente por licença desde 1 de junho de 2014; 2- Outra no âmbito da valorização dos recursos humanos do Município a que se pretende lançar mão através da figura da mobilidade, no seguimento da política que tem sido adotada nos últimos anos.*-----

----- *No primeiro caso, considerando que o posto de trabalho havia sido suprimido para o ano de 2017 do respetivo mapa de pessoal, proponho, por não se encontrar ocupado, para efeitos do disposto no n.º 5 do artigo 281.º do Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, a sua previsão no atual mapa de pessoal (1 lugar de técnico superior – área de Engenharia Civil). No segundo caso, proponho que seja aditado ao mapa de pessoal mais um lugar de técnico superior na gestão na área de gestão sociocultural. Mais proponho que, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, a Câmara aprove a presente proposta de alteração ao mapa de pessoal para o ano de 2017 e a submeta à Assembleia Municipal. Consultada a Divisão Financeira a mesma informou da existência de cabimento orçamental.*-----

----- **DELIBERAÇÃO:** 199/2017: Apreciado o assunto, a Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou aprovar a alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2017, que aqui se dá como integralmente transcrito, ficando cópia do mesmo, devidamente rubricado pelos membros do Executivo, arquivada na pasta correspondente a esta reunião.-----

----- Mais foi deliberado remetê-lo à Assembleia Municipal para aprovação, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro."-----

----- **Abertas as inscrições, ninguém pretendeu usar da palavra.**-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Devidamente apreciado o assunto, a Assembleia Municipal, por maioria com 55 votos a favor e 1 abstenção da Deputada Municipal, Joana Monteiro, deliberou, nos termos da alínea a), do n.º 2 do art.º 3.º do Decreto-Lei 209/2009, de 3 de janeiro, aprovar a alteração ao mapa de pessoal do ano de 2017.-----

----- **PONTO DOIS PONTO QUATRO – REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO – APROVAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA A), DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO**-----

----- **O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** colocou à consideração do plenário a

proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de doze de junho de dois mil e dezassete que se transcreve: "REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2017 – PROPOSTA-----

----- Sobre o assunto, presente a informação n.º 154, de 2017.06.07, da Divisão Financeira, que se transcreve: "*Presente, proposta de Revisão às Opções do Plano e Orçamento de 2017 (1ª Revisão), constituída pela Revisão ao Orçamento da Receita, da Despesa e Plano Plurianual de Investimentos. □ REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA - INSCRIÇÕES/ REFORÇOS: no valor de oitenta e dois mil cento e trinta e dois euros e vinte e cinco cêntimos, pela incorporação de parte do Saldo da Gerência de 2016. □ REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA - INSCRIÇÕES/ REFORÇOS: no valor de oitenta e dois mil cento e trinta e dois euros e vinte e cinco cêntimos, pelo aumento de rubrica destinada à aquisição de terrenos (imputação pelo Plano Plurianual de Investimentos). □ REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS - INSCRIÇÕES/ REFORÇOS: no valor de oitenta e dois mil cento e trinta e dois euros e vinte e cinco cêntimos, pelo aumento de rubrica destinada à aquisição de terrenos. Compete à Câmara Municipal no âmbito da suas competências materiais, submeter a presente proposta de Revisão à aprovação da Assembleia Municipal, conforme preconiza a alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual*".-----

----- DELIBERAÇÃO: 223/2017: Para efeitos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal, por maioria de 4 votos a favor do Sr. Presidente e do Sr. Vice-Presidente da Câmara e dos Srs. Vereadores Rui Jorge da Silva Costa e José Luís Gonçalves Tomé Afonso, deliberou aprovar a Revisão ao Orçamento e às Opções do Plano de 2017. Os Srs. Vereadores Rui Manuel Rodrigues Vaz e Cristina Paula Couraceiro Brinço declararam que se absteram por uma questão de coerência, uma vez que se absteram na aprovação das Opções do Plano e Orçamento para 2017."-----

----- **Abertas as inscrições, ninguém pretendeu usar da palavra.**-----

----- **DELIBERAÇÃO: Apreciado o assunto, a Assembleia Municipal, por maioria com 44 votos a favor e 12 abstenções, deliberou nos termos da alínea a), n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a proposta de Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano de 2017.**-----

----- **PONTO DOIS PONTO CINCO – CANDIDATURA “ECOPISTA DA LINHA DO TUA” – CONTRATO DE SUBCONCESSÃO – AUTORIZAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA p), DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.**-----

----- **O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** colocou à consideração do plenário a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de doze de junho de dois mil e dezassete que se transcreve: "CANDIDATURA “ECOPISTA DA LINHA DO TUA” - CONTRATO DE SUBCONCESSÃO-----

----- Sobre o assunto, presente a informação n.º 156, de 2017.06.08, da Divisão Financeira, que se transcreve: "*Para complemento da Candidatura apresentada para realização da “Ecopista da linha do Tua”, é necessário evidenciar que o Município pode utilizar a Linha do Tua, entre o km 071,879 e o km 096,800. Para o efeito deverá ser aprovada pela Assembleia*



Municipal a minuta do Contrato de Subconcessão de uso Privativo da via na Linha do Tua, em anexo, a celebrar entre o Município e a IP Património – Administração e Gestão Imobiliária, S.A., atual detentora do espaço. Nos termos da alínea ccc) do n.º1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, é da competência da Câmara Municipal apresentar “propostas à Assembleia Municipal sobre matérias da competência desta”.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** 222/2017: Apreciado o assunto, a Câmara Municipal, por unanimidade deliberou submeter à Assembleia Municipal para efeitos de autorização, a aprovação da minuta de contrato de subconcessão de uso privativo da via na Linha do Tua a celebrar entre a Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros e a IP Património – Administração e Gestão Imobiliária, S.A.”-----

----- **Abertas as inscrições, usou da palavra:**-----

----- **JOANA ISABEL PIRES DA COSTA MONTEIRO (CDU)** – Fez a intervenção que a seguir se transcreve: “ Em coerência com o nosso projeto de desenvolvimento para o concelho, enquadrado pelas potencialidades da região e integrado numa dimensão nacional, não estamos de acordo com o caminho e as opções dos sucessivos executivos municipais, coniventemente enquadrados com as opções de sucessivos governos de destruição do aparelho produtivo da região e da sua rede de transportes, onde o transporte ferroviário assume particular importância. Não cabe aqui esmiuçar todo um projeto integrado de desenvolvimento, pois comporta múltiplas vertentes da vida coletiva, contudo, e sobre o ponto em apreço, em nosso entender o que se impõe é a recuperação e modernização do transporte ferroviário de mercadorias e passageiros, como elemento estruturante de acesso das populações ao direito à mobilidade e incentivo à produção por via da criação de uma rede capaz de assegurar o transporte de mercadorias. A transformação do traçado da antiga Linha do Tua em ecopista não só não resolverá nenhum dos graves problemas que a região enfrenta, como manterá as populações privadas de acesso ao direito à mobilidade. Reafirmamos que este concelho e esta região não é pobre mas sim que as suas populações têm sido empobrecidas e as suas potencialidades desaproveitadas por opções políticas como esta.”-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Apreciado o assunto, a Assembleia Municipal, por maioria de 55 votos a favor e 1 voto contra da Deputada Municipal, Joana Isabel Pires da Costa Monteiro, deliberou sob proposta da Câmara, autorizar a mesma a celebrar o Contrato de Subconcessão de Uso Privativo da Via na Linha do Tua com a IP-Património Administração e Gestão Imobiliária, S.A., conforme minuta presente.-----

----- **APROVAÇÕES EM MINUTA**-----

----- Foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta os pontos dois ponto um, dois ponto três, dois ponto quatro, dois ponto cinco.-----

----- **PONTO 3 - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----


----- Conforme estipula o número um do artigo quadragésimo nono do Anexo I à Lei número 75/2013, de doze de setembro, o excelentíssimo **senhor Presidente da Assembleia**, perguntou se havia alguém no público que quisesse neste momento intervir.-----

----- **Pretendeu usar da palavra:**-----

----- **CARLOS MANUEL CUNHA MARTINS** – Fez a seguinte intervenção: “Como no dia 25 de abril visitaram aldeias que já foram vila neste concelho e algumas que foram vila e concelho como é o caso de Cortiços, que foi onde eu nasci, no dia 4 de agosto de 1517 foi confirmado o foral da vila dos Cortiços e Cernadela e dado que no corrente ano se comemoram os 500 anos gostaria de saber, porque sou o representante da CDU na Assembleia de Freguesia dos Cortiços, onde fiz uma proposta para se comemorar esta data, (consta na ata n.º 9 da Assembleia de Freguesia dos Cortiços de 1 de julho de 2015). Gostaria de saber: - se lhe foi comunicado por alguém do executivo da Junta de Freguesia dessas comemorações; - se a Câmara vai participar e com que meios e ainda o que vai ser feito relativamente a estes 500 anos.”-----

-----Terminada a intervenção o **senhor Presidente da Assembleia** agradeceu a participação do munícipe e informou de que no cumprimento do Regulamento desta Assembleia, oportunamente serão prestadas as informações, para o seu endereço postal.-----

----- **Eram vinte e quatro horas e não havendo mais nada a tratar, foi pelo excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarada encerrada a reunião, e do que nela se passou, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos excelentíssimos Presidente, Primeiro e Segundo Secretários.** -----


João António Silva Mendes
Paulo Veloso Lopes Gonçalves